

A VIOLÊNCIA NA VIDA COTIDIANA DE FAMÍLIAS

ALBERGADAS: SEUS SOFRIMENTOS E CONFORMAÇÃO SOCIAL

*Angela Maria Pires Caniato**

*Regina Perez Christopholli Abeche***

*Silvia Aparecida Horvath Bastian****

RESUMO

A pesquisa que originou este texto é um dos desdobramentos do Projeto de Pesquisa-Intervenção “Phenix: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã”(PHENIX) que se atualiza com populações pauperizadas da periferia de Maringá. Levantamos a História de Vida das famílias albergadas no Núcleo Social Papa João XXIII, acompanhando suas trajetórias de vida nas imigrações contínuas pela busca de trabalho. Este artigo é uma das teorizações dos dados dessa pesquisa-intervenção que teve a história de vida como principal procedimento. Ela complementa a compreensão de muitos adolescentes que delas são originários e com os quais interagimos semanalmente no CESOMAR (Centro Social Marista). Desvelamos a história de inserção psicossocial desses indivíduos tendo como embasamento teórico a Psicanálise sob a perspectiva da psicopolítica de Theodor Adorno. Constatamos o cotidiano de violência e sofrimento que atravessa a vida dessas famílias na luta pela sobrevivência e a maneira como suportam a tutela e o controle de instituições assistencialistas.

Palavras-chave: Violência social. Opressão e exclusão. Sofrimento psicossocial.

VIOLENCE IN THE DAY-TO-DAY LIFE OF HOSTELED FAMILIES: THEIR SUFFERING AND SOCIAL RESIGNATION

ABSTRACT

Current text refers to the Research Intervention Project “Phoenix: daring in the rebirth of subjectivity and citizenship” involving pauperized populations living in the outskirts of Maringá PR Brazil. A survey on the history of the lives of family hosted at the Pope John XXIII Social Nucleus is provided and the life trajectory of their continuous migrations in search of jobs has been followed. Essay deals with theorizing on data of current research foregrounded on their life histories.

* Professora Doutora do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM e Psicóloga Clínica. Endereço: Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Psicologia. Avenida Colombo, 5790 - Zona Sete. 87020-900 - Maringá, PR - Brasil.

E-mail: ampicani@onda.com.br.

** Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Psicóloga Clínica.

E-mail: abeche@wnet.com.br.

*** Psicóloga, Especialista em Ciências Sociais: Políticas Públicas/ Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: silviabastian@yahoo.com.br.

Research supplements the understanding of several teenagers hailing from these families and who are attended weekly by our group at the Marista Social Center (CESOMAR). Analysis of the history of the individuals' psychosocial insertion is based on Psychoanalysis within the perspective of Adorno's psychopolitics. The daily violence and sufferings in the life of the families have been investigated in their struggle for survival and the meaning of tutelage and control of assistance institutions has been evaluated

Keywords: Social violence. Oppression and exclusion. Psychosocial suffering.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo corresponde a uma das frentes de trabalho do projeto de Pesquisa-Intervenção “Phenix: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã”, que está vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá e é coordenado pelas Prof^{as} Dr^{as} Angela Maria Pires Caniato e Regina Perez Christopholli Abeche.

O Projeto Phenix se desenvolve em duas etapas, a saber: em primeiro lugar, a prática, que consiste na atuação dos acadêmicos do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) junto ao Cesomar (Centro Social Marista). Essa práxis se realiza por meio de reuniões semanais com grupos de adolescentes pauperizados da periferia da cidade nas quais, inicialmente, são levantadas as questões demandas a serem discutidas nos encontros posteriores com os grupos de adolescentes com os quais interagimos. A segunda etapa consiste na preparação teórica dos acadêmicos participantes do Phenix, com o objetivo de fundamentar as discussões que constituem a parte prática junto aos adolescentes.

Na práxis desenvolvida por este projeto, temos como fundamentação epistemológica a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt cujo fundamento está na perspectiva de que o homem é produtor e produto da cultura em que vive.

Na pesquisa, que fundamenta este artigo, levantamos a História de Vida de algumas das famílias desses adolescentes que moram em sistema de comodato e sob orientação de irmãos de caridade no Núcleo Social Papa João XXIII, residentes nas proximidades do CESOMAR. O nosso objetivo foi o de compreender não só a exclusão social dessas famílias e de seus filhos, como também identificar o sofrimento psicossocial por que atravessam em suas vidas cotidianas na busca do atendimento às suas necessidades básicas de sobrevivência, trabalho e moradia.

O artigo está organizado, inicialmente, com as características do Núcleo Social Papa João XXIII, instituição assistencial religiosa que desenvolve um “Programa de Promoção Humana”. O projeto alberga essas famílias durante quatro anos em casas, sob o regime de comodato e de contenção de despesas, tendo a expectativa de que tais famílias venham a adquirir suas casas próprias.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que segue os parâmetros metodológicos de uma pesquisa-intervenção, na forma de realização do projeto Phenix, do qual é uma extensão. Tem como procedimento a “História de Vida”, cuja especificidade está definida neste artigo.

São analisados os resultados desse levantamento, levando-se em consideração a trajetória de vida e o contexto social do qual essas famílias são originárias, as influências atuais sobre suas vidas com a proposta institucional do Núcleo Social Papa João XXIII, já que ali vivem provisoriamente albergadas.

Tratamos de algumas vicissitudes do cotidiano da vida dessas pessoas, destacando a violência social como a característica básica de suas histórias de vida na busca pela sobrevivência. Examinamos as implicações dessa violência em seus vínculos psicossociais para analisar o sofrimento subjetivo causado desde a exclusão social até o sufocamento de suas individualidades pelo *status quo* opressor.

As análises aqui desenvolvidas foram discutidas com as famílias durante um período de mais ou menos seis meses e continuam servindo de subsídio ao trabalho realizado com os adolescentes do CESOMAR pelo Projeto de Pesquisa Intervenção “*Phenix: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã*”.

2. AS TAREFAS DO NÚCLEO SOCIAL E AS FAMÍLIAS AÍ “ALBERGADAS”

O tema deste estudo está baseado nas histórias de vida de famílias agregadas à instituição filantrópica Núcleo Social Papa João XXIII na cidade de Maringá - Paraná. São pessoas que buscam, nessa entidade, o amparo e o espaço físico para se fortalecerem, ou mesmo, para tentarem superar as mazelas que a vida lhes vêm trazendo. Essas situações estão ligadas ao desemprego, às reduzidas possibilidades de trabalho, à contínua e desenfreada mecanização agrícola – que expulsa violentamente o homem do campo –, levando-os a migrarem e, conseqüentemente, a uma mudança forçada de cultura. Além dessas contingências econômicas hostis, recai sobre essa população decisões políticas pouco favoráveis aos excluídos na realidade brasileira.

As famílias que são o objeto de estudo neste trabalho, isto é, cujas histórias de vida foram levantadas por meio de entrevistas gravadas, estão inseridas no “Programa de Promoção Humana” oferecido pelo Núcleo Social, cuja proposta principal visa a auxiliá-las na aquisição (conquista) da casa própria e uma intervenção que pretende promover a melhoria nas relações dentro da família. Na trajetória das histórias de vida dessas pessoas evidenciamos uma enorme procura pela sobrevivência que muitas vezes desemboca no esgarçamento da convivência e em uma expressiva dificuldade na formação e na manutenção de vínculos.

O Núcleo Social Papa João XXIII,¹ fundado em 9 de dezembro de 1972,² ocupa uma área de 27.720 m², cedida, provisoriamente, pela Prefeitura de Maringá à Mitra Arquidiocesana, na qual foram construídas as primeiras

dez casas de madeira, subdivididas em três quartos, sala, cozinha, banheiro e alpendre. O material foi proveniente de escolas, igrejas e residências demolidas, até mesmo, da antiga Catedral.

Atualmente, a Arquidiocese possui os terrenos escriturados com uma cláusula específica de assistencialismo, ou seja, o objetivo é construir casas para serem cedidas provisoriamente para as famílias. O Núcleo Social possui 65 casas construídas em madeira ainda na década de 1970, que estão sendo substituídas por casas de alvenaria³ destinadas às famílias e uma casa para a acomodação das Irmãs Vicentinas Filhas da Caridade⁴ que atuam na comunidade e auxiliam na instituição.

Essa entidade é administrada por uma Diretoria voluntária que está, há mais de 15 anos, à frente do programa. A diretoria é constituída por 12 membros e um Conselho Fiscal composto por seis pessoas, eleitos a cada dois anos em Assembleia Geral, com direito à reeleição. Conta ainda com o auxílio de cinco das Irmãs, principalmente, na coordenação do “Programa de Promoção Humana”.

O Núcleo Social é assistido pela Mitra Arquidiocesana, Secretariado Fraternitá Papa João XXIII de Brescia (Itália), Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura – Irmãos Marista, UEM – Universidade Estadual de Maringá, Rotary Club Maringá Colombo, Funcionários do Banco do Brasil e demais entidades religiosas, órgãos públicos e privados de Maringá.

O “Programa de Promoção Humana”, desenvolvido pelo Núcleo Social Papa João XXIII, coordenado e executado pelas Irmãs Vicentinas, está subdividido em oito projetos menores que se sobrepõem ou, mesmo, complementam-se, constituído da seguinte forma: Seleção das Famílias; Apadrinhamento; Acolhimento e Acompanhamento; Orientação para a Aquisição da Casa Própria; Atendimento ao Público; Evangelização; Pastoral da Saúde e Senhoras Voluntárias. Às famílias selecionadas e, após a devida formalização de sua entrada no Programa, solicita-se o cumprimento das normas estabelecidas pela instituição, na forma de aceitação e participação em todos os subprojetos referidos.

Em relação à conquista da casa própria, o Projeto prevê o acolhimento das famílias por um período de quatro anos, em uma das 65 casas, cedidas em regime de comodato e de parceria. O prazo previsto, estipulado pelo Núcleo, para a desocupação das casas, é o tempo considerado suficiente para que as famílias se restabeleçam ou se estruturem social e economicamente, fazendo uma poupança para que possam ter acesso às suas casas próprias.

No contrato de comodato, além das disposições sobre os direitos e obrigações de ambos os lados – “comodante” e comodatário – e o tempo de permanência nas casas, estipula-se também um depósito mensal junto ao departamento financeiro, no valor equivalente a 12 sacos de cimento.⁵ Esse dinheiro vai sendo creditado para a família para a futura aquisição da moradia. Poderá ser resgatado em dez parcelas quando de sua saída, caso não saia “promovida”, como a instituição entende a aquisição da casa própria. A família interessada fica encarregada de apresentar

outra pessoa, que não esteja inserida no programa, para atuar como co-responsável e que, aderindo a esse pedido, compromete-se com a instituição para colaborar com a família em questão nos depósitos mensais. Caso necessário, essa pessoa, designado como “padrinho” ou “madrinha”, poderá ajudar, desde que não arque com o valor total. Tal procedimento é denominado “Projeto de Apadrinhamento” e a indicação poderá ser aceita ou recusada após o levantamento de informações sobre a vida desse indivíduo e deliberação da Administração do Núcleo.

As casas que, inicialmente, nas décadas de 1970 e 19 80, eram cedidas às famílias, conforme a gravidade da situação de sobrevivência, agora são cedidas mediante um processo seletivo que observa alguns critérios, inclusive, morais. Os critérios adotados pelo Núcleo Social para a seleção das famílias que serão acolhidas estão fundamentados no preenchimento de uma Ficha de Apresentação da Família Requerente, seguido de uma triagem em que um representante da família, ou o casal, passa por uma entrevista com uma das Irmãs encarregadas dessa tarefa. Além desses procedimentos, a família requerente recebe uma ou mais visitas no local em que está residindo, ou mesmo hospedada, cumprindo-se, assim, a proposta do “Projeto Seleção das Famílias”.

Mais antigamente, assim, mais no começo, as pessoa que morava aqui era pessoa bem... que num tinha mesmo, né. A gente sempre fala, a gente é pobre, todo mundo é pobre, mais era só prá'quelas pessoa beem... que tinha aquele monte de criança, que num tinha mesmo donde segurá, né. Agora não, agora que daí a gente ficou sabendo que tava entrando assim, pessoas mais assim... aí a gente fez inscrição e deu... (Entrevista com OS).

E ainda:

[...] porque naquele tempo eles pegava as pessoa assim, que, geralmente, mulher que tinha pobrema com marido, marido que bebia, então eles trazia pra cá pra dá uma força, né, prá ajudá as pessoa, né. Pelo menos, o que eu conheço era isso, né... das pessoa que morava aqui, era difícil pegar uma casa aqui também, né... e agora aqui pelo menos para mim foi fácil porque eu fiz inscrição aqui... a gente fez assim... vamo tentar, né, aí num deu nem dois meis, aí já saiu a casa, até a gente ficou admirado porque pelo que a gente sabia, sabia que tava difícil (Entrevista com OS).

Alguns dos parâmetros observados para a seleção são: famílias com filho(s) menor(es), preferencialmente crianças, sem passagem anterior pelo Núcleo, sem história de vícios ou má conduta, imbuídos de vontade de trabalhar e com o desejo de se “promoverem”. Isto significa aceitar os acompanhamentos sistemáticos, realizados pelas Irmãs, as orientações para a aquisição da casa própria, a disposição para economizar e comprar seu terreno e o comprometimento na assinatura e no cumprimento de todas as cláusulas do contrato de comodato e no de parceria.

Existe também um “Termo de Compromisso” que os moradores assinam quando entram no Programa, no qual as pessoas se comprometem a cumprir dez regras estabelecidas pelo Núcleo Social: participar das reuniões, encontros, palestras, cursos promovidos pela instituição; participar ativamente de encontros e celebrações religiosas; estabelecer controle e prioridade nos gastos; evitar vícios; buscar trabalho; respeitar os vizinhos; cumprir os contratos com o Núcleo; prezar pela educação dos filhos, valorizando a escola; ter zelo pela casa e manter o espírito fraterno.

A escolha da população estudada aconteceu de forma intencional, já que havia no Núcleo Social Papa João XXIII, desde setembro de 2000, um trabalho desenvolvido pelo Projeto “*Phenix*: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã” junto aos adolescentes inseridos no “Programa Governamental Agente Jovem”. Dessa forma, decidimos por uma pesquisa envolvendo as famílias inseridas no “Programa de Promoção Humana do Núcleo Social”, uma vez que, em sua maioria, elas têm seus filhos, crianças e adolescentes, assistidos pelo “Centro Social Marista Irmão Beno Tomasoni” (CESOMAR), situado no edifício construído em 1987, espaço antes destinado à “Escola Profissionalizante do Núcleo Social”.

Levantar a história de vida dessas famílias, no que remonta às suas trajetórias em busca de trabalho e moradia, visou ao conhecimento das infundáveis vicissitudes e agruras devido à instabilidade vivenciada por essa população no processo migratório contínuo em seu percurso até chegarem ao Núcleo Social. Tal perspectiva objetivou compreender as condições concretas de vida dessas pessoas, identificar questões psicossociais envolvidas nessa incessante busca de sobrevivência e, com isso, proporcionar a tal população discussões que pudessem levar a uma compreensão reflexivo-crítica do processo de desenraizamento contínuo que elas vivenciaram e ainda vivenciam.

3. O MÉTODO E PROCEDIMENTOS PARA CONHECER AS FAMÍLIAS

O método utilizado para a realização desse estudo se insere dentro da perspectiva metodológica mais ampla na qual se fundamenta o Projeto “*Phenix*” – Pesquisa Participante ou Pesquisa Intervenção (CANIATO, 2000). É uma pesquisa qualitativa na qual a trajetória da história de vida dessas famílias tornou-se necessária para melhor entendimento dos adolescentes do CESOMAR e das diferentes questões trazidas por eles para discussão com os acadêmicos integrantes do Projeto de Pesquisa Intervenção “*Phenix*”.

A “História de Vida”, enquanto procedimento para coleta de dados, segundo Queiroz (1988), foi concebida por diversos cientistas sociais como um instrumento fundamental para suas disciplinas. Trazia, entretanto, uma preocupação com as interferências ou “influências” psicológicas que tal método poderia gerar na obtenção dos dados necessários à pesquisa.

Nessa perspectiva, encontrava-se um apego à idéia de “neutralidade na pesquisa” e, dificultava, conseqüentemente, uma exagerada cautela que, para os cientistas sociais, dificultava sua utilização.

De acordo com Queiroz (1988, p. 15, grifo nosso):

O grande desenvolvimento das técnicas estatísticas, em fins dos anos 1940, relegou para a penumbra relatos orais e histórias de vida [...] Pouco a pouco se percebeu, no entanto, que valores e emoções permaneciam escondidos nos próprios dados estatísticos, já que as definições das finalidades da pesquisa e a formulação das perguntas [visando obter dados inquestionáveis, supondo que a realidade é objetiva e mensurável] estavam profundamente ligadas à maneira de pensar e de sentir do pesquisador, o qual transpunha, assim, para os dados, de maneira perigosa e invisível, sua própria percepção e seus preconceitos (Comentários entre colchetes são grifos nossos).

Debert (1986) afirma que o levantamento da História de Vida, por muito tempo utilizado quase com exclusividade por antropólogos, tem cada vez mais aumentado seu prestígio entre os cientistas sociais e outras disciplinas interessadas na memória e experiências pessoais. Ocupa, dessa forma, um lugar proeminente como “um instrumento que vem preencher um vazio intransponível” (DEBERT, 1986, p. 141) quando se deparam com a escassez de informações (oficiais) documentadas ou mesmo com uma extrema diversidade social.

A autora parte da premissa de que a utilização da História de Vida, em pesquisas voltadas para as classes populares, possibilita o estabelecimento de uma conversação entre o informante e o pesquisador e, mais ainda: é um instrumento que produz uma reflexão na perspectiva histórica, o que vem a ser condição básica para uma prática transformadora da população pesquisada.

A História de Vida é entendida aqui como um instrumento, um suporte teórico-metodológico específico da Pesquisa Participante para coleta de dados, uma vez que, parafraseando Queiroz (1988, p. 20), trata-se de uma narrativa linear e individual de acontecimentos significativos na vida do narrador, de relações estabelecidas em seu grupo de convivência, em suas experiências profissionais e sociais, numa tentativa de reconstruir acontecimentos, transmitir experiências que adquiriu em sua trajetória de vida.

Paralelamente, realizamos um breve estudo sobre a história da fundação da cidade de Maringá. Buscamos conhecer também a história do Núcleo Social Papa João XXIII e suas mudanças no decorrer dos anos até a data em que se realizava esta pesquisa com as famílias. Tal intento estava permeado pela intenção de historicizar e contextualizar as histórias de vida dessas pessoas.

3.1 - ETAPA DE INSERÇÃO NO BAIRRO

Ante a proposta da realização do levantamento da história de vida dessas famílias, durante a organização do material e a preparação dos integrantes do grupo “Phenix”, que estariam à frente dessa atividade, intrincadas situações foram aparecendo. A questão inicial a ser sanada estava no âmbito do total des-

conhecimento da população pelo grupo de pesquisadores. O universo a ser estudado constituía-se de 65 famílias. Tínhamos aproximadamente oito meses para essa tarefa. Somou-se a dificuldade do grupo de trabalho para conciliar seus horários com os dos moradores do Núcleo e, por último, não menos peculiar, a desconfiança, a reserva e as restrições de muitas famílias com o desenrolar de uma prática não assistencialista. Tais situações, pertinentes e plausíveis, foram sendo discutidas no grupo e com as famílias envolvidas e, paulatinamente, contornadas no decorrer do trabalho.

Realizamos primeiramente o que ficou denominado como “período de inserção”, momento em que o grupo de pesquisadores se apresentava às famílias do Núcleo Social, objetivando formar vínculos respeitosos e desenvolver confiabilidade para que as entrevistas ocorressem num clima harmonioso e condizente com o assunto proposto. Assim, as atividades realizadas durante esse período foram desde simplesmente caminhar pelas ruas, participar nas atividades coletivas cotidianas, como nos grupos de reflexão – também conhecido como Grupo de Oração –, acompanhamento na distribuição do leite e outros alimentos aos sábados pela manhã, atividades festivas, tais como bingo, festa junina e jantares de confraternização, até as visitas domiciliares para uma apresentação mais formal e a explicação do trabalho a ser realizado.

Camargo (1978, p. 284) comenta que a imprevisibilidade e a lentidão nos contatos pessoais com a população a ser pesquisada, quando no início do trabalho, têm sua relevância para “inspirar o respeito e a confiança necessários ao depoimento franco e aberto”, evitando, com isso, um tipo de relato que denominou de “relato tópico” ou “de impacto imediato” que difere do relato histórico, resultante de um diálogo entre entrevistado e entrevistador.

O “período de inserção”, ao qual foi dispensada a maior parte do tempo destinado às atividades junto aos moradores, foi de extrema importância para conhecermos a realidade da população e estabelecermos uma proximidade com os membros da comunidade, numa tentativa de minimizar a estranheza e, com isso, o possível sentimento de invasão de suas privacidades.

É importante ressaltar que, no trabalho realizado, não havia a proposta de abordagem da intimidade pessoal, de vivências privadas dessas famílias, mas sim questões relacionadas ao âmbito de suas vidas públicas, ou seja, da vida do trabalho e das possíveis andanças para a inserção nesse mercado. Havia, no entanto, a clareza que, ao estar lembrando sua trajetória de vida, necessariamente, muitas situações viriam às suas consciências com forte conotação emocional. Eles estariam revivendo situações mais ou menos frustrantes e, certamente, com fortes lembranças de sofrimentos vividos. Atentamos para a importância do fortalecimento dos vínculos com as famílias o suficiente para que, se fosse o caso, pudéssemos ao menos dar-lhes apoio emocional numa postura continente, o que foi necessário em diversos momentos, tanto durante as visitas quanto no decorrer das entrevistas. Como nos aponta Queiroz (1988, p. 36): “A história de vida é, portanto, técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”.

Durante essa etapa do trabalho, foi realizado um acompanhamento periódico com as famílias que participavam dos grupos de reflexão, parte do “Projeto de Evangelização”. Essa atividade acontecia uma vez por semana nas casas dos participantes dos grupos, num sistema de rodízio. Durante esses encontros, que eram coordenados por uma das Irmãs Vicentinas, solicitava-se que um voluntário dentro do grupo fosse o “animador”, aquele que inicia a leitura de um pequeno livreto educativo, impresso e distribuído pela “Equipe do Dízimo da Arquidiocese de Maringá”, destinado aos “Grupos de Reflexão” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2002). A proposta desses encontros, denominada de “Projeto Ser Igreja no Novo Milênio”, trazia como tema anual: “Ninguém Cresce Sozinho”, ano de 2002.

No decorrer desses encontros, discutíamos alguns temas sociais atuais tais como as eleições e a importância do voto consciente, desemprego, solidariedade, preconceito, entre outros que eram relacionados às leituras, seguidos de exemplificações ou relatos pessoais. Ao final de cada encontro, ocorriam comentários sobre a ausência de algumas pessoas. Essas faltas às reuniões eram anotadas pela entidade assim como a não-participação do casal. Eram repetidas algumas informações ou mesmo recados sobre eventos, celebrações ou comemorações que seriam organizados e fixava-se o local do próximo encontro.

A participação do nosso grupo de pesquisa nesses Grupos de Reflexão ocorreu, no início, com o convite de um dos moradores, que foi aceito como uma oportunidade para a aproximação e a formação de vínculos. Posteriormente, a frequência nos encontros trouxe a oportunidade de compreendermos as relações e, principalmente, os vínculos formados entre a população e a instituição. Trouxe também a possibilidade de estarmos interagindo (levantando, esclarecendo e questionando situações políticas, sociais etc.) com a população. Aproveitamos essas oportunidades para efetivar os objetivos do trabalho do “Phenix” cujo método de intervenção pressupõe a articulação entre teoria e prática e a construção de troca de saberes entre o pesquisador e a população pesquisada.

3.2 - ETAPA DE ESCLARECIMENTO DA PESQUISA ÀS FAMÍLIAS

Na segunda etapa do trabalho, que consistia em preparar os moradores para as entrevistas propriamente ditas, solicitamos seu consentimento para a participação voluntária na pesquisa e apresentamos o “Termo de Consentimento II”⁶ para ser devidamente entendido e assinado, em cumprimento às exigências do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá. Por essa exigência, ficou certificado que os entrevistados não estavam nem seriam coagidos a realizarem as atividades propostas e que não seriam expostos a situações degradantes e, acima de tudo, que as informações fornecidas por eles estariam sob o sigilo da Ética Profissional.

Segundo Camargo (1978, p. 299):

A realização de uma entrevista é relação humana das mais envolventes. Ao contrário de outros tipos de levantamento,

ator e pesquisador constroem juntos o depoimento histórico. É muitas vezes uma longa convivência, que se estende por meses, criando envolvimento de parte a parte, em um contínuo dar e receber que alimenta o diálogo.

No decorrer dessa fase da pesquisa, houve a necessidade de intensificar as visitas domiciliares para fornecer explicações sobre a entrevista gravada, formar e fortalecer os vínculos e obter mais informações sobre as famílias que seriam entrevistadas, pois a maioria das famílias não dispunha de tempo ou de vontade para participar dos “Grupos de Reflexão” organizados pelo Núcleo Social. Para facilitar a coleta de informações e atender a essa contingência das famílias, optamos pelo preenchimento de uma ficha que possibilitasse, conforme Camargo (1978), uma visão mais global e sistemática da população em questão.

Durante as visitas domiciliares, solicitamos às famílias o preenchimento do instrumento que ficou denominado como “Ficha de Identificação”, cuja principal função consistia em obter informações mais objetivas. Os dados coletados, a partir desse instrumento, deveriam possibilitar uma sistematização de diferentes quadros demonstrativos e, com isso, uma sucinta análise quantitativa abrangendo situação econômica, renda *per capita*, condição empregatícia, procedência, tempo de moradia no local, número de filhos etc.

3.3 - A ENTREVISTA DE HISTÓRIA DE VIDA

Para a realização das entrevistas de “Historia de Vida”, foi necessário elaborar um Roteiro,⁷ cuja orientação visava ao antes, ao agora e ao depois da vida no Núcleo Social, já que estava sendo feito um recorte no relato da história de vida dessa população e, também, porque as entrevistas eram semi-estruturadas. Esse roteiro possibilitou ao entrevistador dirigir a entrevista sem fugir ao tema, oferecendo ao narrador o fio condutor para chegar ao que pretendíamos abordar: a trajetória empreendida pelas famílias até chegarem ao Núcleo Social Papa João XXIII, a vida nessa comunidade e as perspectivas futuras.

Segundo Queiroz (1988), uma entrevista semi-estruturada supõe uma conversa contínua e linear entre informante e pesquisador a respeito do tema ou acontecimento previamente delimitado, conforme o trabalho a ser realizado.

O pesquisador dirige, pois, a entrevista; esta pode seguir um roteiro previamente estabelecido, ou operar aparentemente sem roteiro, porém, na verdade se desenrolando conforme uma sistematização de assuntos que o pesquisador como que decorou (QUEIROZ, 1988, p. 20).

A autora ressalta ainda que, embora o entrevistador tenha escolhido o tema da pesquisa, formulado as questões que a dirigem e a delimitam, deve, necessariamente, manter-se silencioso, reduzindo suas interferências, mantendo-se, entretanto, dentro do colóquio.

[...] o importante é que sejam captadas as experiências do entrevistado. Este é quem determina o que é relevante ou não

narrar, ele é quem detém o fio condutor. Nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar sua existência (QUEIROZ, 1988, p. 21).

Como instrumentos de captação dos dados, utilizamos o gravador e fitas cassetes, que, segundo Queiroz (1988, p. 17), possui como principal vantagem “conservar com maior precisão a linguagem do narrador”. A autora, no entanto, enfatiza que se faz necessário também conservar o material coletado. “A única forma de se conservar o relato por longo tempo está ainda em sua transcrição” (QUEIROZ, 1988, p. 17). Com isso e, mesmo diante da afirmação da autora de que é uma “ilusão” acreditar que o relato transcrito possa ficar livre da inferência daquele que transcreve a fita, nossa maior preocupação foi fazer uma transcrição o mais fiel possível ao relato gravado.

Na verdade, a narrativa oral, uma vez transcrita, transforma-se num documento semelhante a qualquer outro texto escrito, diante do qual se encontra um estudioso e que, ao ser fabricado, não seguiu forçosamente as injunções do pesquisador (QUEIROZ, 1988, p. 18).

As entrevistas de “Histórias de Vida” ocorreram com horário marcado, nas respectivas casas de cada família participante e a média de tempo estipulado para cada entrevista foi de aproximadamente 1h30m, procurando não exceder a 2h. Das 65 famílias visitadas, foram entrevistadas 49. Cada entrevistador pôde contar com um outro integrante do grupo “Phenix”, denominado de “Ego auxiliar”. Sua presença tinha como objetivo amparar o entrevistador caso ele saísse do tema e acompanhar a narrativa observando se eram abordados todos os tópicos do roteiro. Cabe aqui lembrar que, dentro da metodologia empregada pelo Projeto “Phenix”, é sempre um estudante de séries iniciais que acompanha os de séries mais avançadas nas atividades desenvolvidas.

3.4 - MEMÓRIA DA PESQUISA: DIÁRIO ANTROPOLÓGICO

No decorrer de todo o processo da pesquisa, desde seu início, foi-se elaborando, paulatinamente, um “Diário” que continha anotações e inferências dos acadêmicos do Grupo “Phenix” envolvidos na pesquisa, e dos que acompanharam algumas das atividades com as famílias. Também nele eram registradas as ocorrências e reações significativas que ocorreram nas diferentes etapas da pesquisa. Ficaram anotados neste instrumento todos os momentos de contato com as famílias pesquisadas. Entendido como a memória do trabalho, atribuiu-se a esse “Diário” o nome de “Diário Antropológico”.

4. INICIANDO O CONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS: INFORMAÇÕES LEVANTADAS

Os dados obtidos pela “Ficha de Identificação” demonstraram que, dessas famílias, 36, ou 73%, eram oriundas de outras cidades do Estado do Paraná, nove famílias (27%) vieram da periferia de Maringá e as demais famílias de outros estados como São Paulo (18%), Acre, Mato Grosso do Sul e Bahia (9%).⁸

Em relação ao tempo de moradia das famílias aqui referidas, sob a tutela da instituição, obtivemos a informação de que oito já se encontravam no período estipulado pela entidade para desocupação da casa, ou seja, estavam no quarto ano de moradia, e que quatro famílias já haviam expirado tal prazo. No terceiro ano de moradia, encontramos 12 famílias e 25 estavam em uma das casas do Núcleo há menos de dois anos. Dessas famílias, 16 ainda não haviam completado um ano de moradia.

Na forma de constituição familiar, observamos que predominava o modelo nuclear ou biparental (pai, mãe e filhos). Verificamos que 22 casais mantinham os laços maritais formalizados e 17 mantinham uma união informal a qual denominavam de “juntados”. Dessa forma, contamos 39 casais, numa constituição nuclear, 10 famílias monoparentais (somente um dos pais e os filhos), observando-se que, dessas, nove pessoas estavam sob regime de separação e uma era solteira. É importante ressaltar que existiam 39 homens e 49 mulheres.

Podemos entender que o Núcleo Social, enquanto entidade fundamentada na égide do Catolicismo, que sempre teve grande influência na família brasileira, diante das transformações sociais e de sua repercussão na população atendida, parece flexível em relação ao conceito de família, se esta não se restringe ao casamento formal e ao modelo nuclear.

A Instituição, todavia, parece não reconhecer, como de direito, a família monoparental, pois havia algumas famílias nessa forma de constituição, sob sua tutela que, pelos relatos obtidos, estavam ali em decorrência de concessões feitas diante de situações emergenciais, de muita insistência ou, somente nos casos em que se separaram enquanto estavam sob a constituição do matrimônio. Não significava, portanto, que essa constituição familiar, monoparental, no caso, “mãe solteira” e “separada”, fosse aceita.

[...] eu tirava a ficha aqui na Irmã, eu tinha feito ela quando tinha três meses e eu não conseguia aqui porque a Irmã que fez falô porque eu era mãe solteira então ela não ia consegui, era muito difícil pra pessoas que era mãe solteira [...] Daí a irmã falou que era difícil pra pessoas que eram sozinha, assim, que não ia consegui paga, que não sei o quê e aí fiz a ficha, mas larguei. Aí sabe... aí eu desanimei, eu não vinha mais procura [...] eu não tinha chance que era mãe solteira então eu desisti um tempo eu não procurei. Depois que eu arrumei o “marido” que eu comecei a ficar atrás consegui por causa que arrumei ele, eu acho né? (Entrevista com ZK).

Quando eu me separei... [...] aí vim aqui conversar com a irmã, aí a irmã disse que havia muita gente na minha frente, que precisava de uma madrinha, e eu conversei com a minha patroa, e a minha patroa veio conversar com a irmã, daí eu fui viajar e quando eu voltei, pensei que eu queria morar lá sim, aí, eu voltei e pensei “vou conseguir”, daí vim e conversei com a irmã, e a irmã disse que havia uma

casa, mas tava muito suja e tinha problemas, e todo dia eu ligava pras irmãs, e elas diziam que tinha que pintar a casa, e eu dizia que não tinha problema, e acho que de tanto eu ficar enchendo o saco ela pediu pra pintar a casa e limpar o quintal, e então eu liguei pra ela numa sexta-feira e falei da casa, daí a irmã disse que já tinha alguém lá, e eu fui lá ver, quando cheguei lá a irmã disse que eu podia pegar a chave pra limpar a casa (Entrevista com YB).

Quanto à idade dessa população, observamos que, das 197 pessoas, 72 eram crianças entre zero e 10 anos; 36 pessoas entre 11 anos e 20 anos; 30 pessoas entre 21 anos e 30 anos e 58 pessoas com idade acima de 31 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, reportamo-nos aqui apenas aos adultos provedores da família, considerando-se, portanto, os pais, padrastos, mães, madrastas e avós. O índice de analfabetismo não-funcional, em outras palavras, pessoas que nunca foram à escola, representava 4,5% da população, no caso, quatro pessoas. O índice mais elevado foi encontrado no nível do ensino fundamental incompleto representando 45,45% dessa população, ou seja, 40 pessoas. No ensino fundamental completo constavam oito pessoas, que representam 9,09%. Quanto ao ensino médio, os índices representavam 23,86%, no caso, 21 indivíduos com formação completa e 14,77%, 13 com formação incompleta. No ensino superior, encontramos índice mais baixo que era 2,72% da população, dois indivíduos, sendo um deles ainda em curso.

Tratava-se de famílias contendo, em média, de 4,02 membros, cuja renda mensal estimada concentrava-se em torno de zero até 4,5 salários mínimos.⁹ Embora um salário de R\$ 900,00 (novecentos reais) pareça um número expressivo em um país em que impera a pobreza na distribuição de renda, apenas sete dessas famílias possuíam renda *per capita* acima de um salário mínimo por mês, o que representava 14,28% da população pesquisada. A maior renda *per capita* observada representava somente 2% da população pesquisada. Dessa forma, observamos que 85,71% das famílias entrevistadas, 26 famílias, ou, 53,06% do total de agregados na instituição, possuíam renda *per capita* acima de meio até um salário mínimo. Representando 32,65% da população pesquisada, 16 famílias, contavam com meio salário mínimo de renda *per capita* para menos e uma família não possuía qualquer renda. Verificamos então que essas pessoas se encontravam em situação de baixo poder aquisitivo, vulnerabilidade socioeconômica e extrema miséria.

Ressalte-se que dessas famílias, mais especificamente dos 70 indivíduos que se encontravam em condições, idade e disponibilidade para entrada no mercado de trabalho, apenas duas pessoas estavam desempregadas. Das 64 ou 91,43% das pessoas que estavam com atividade remunerada, 49 que representam 70%, possuíam vínculo empregatício formal.

Entendemos que, no processo de seleção dessas famílias, o Núcleo Social privilegiou aquelas com emprego formal, isso porque esse alto índice de indivíduos empregados não refletia o aumento cada vez maior do desemprego no contexto brasileiro. Para se ter uma idéia, o relatório *Panorama laboral 2003*, divulgado

pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), informou que o desemprego atingiu 19 milhões de latinos, representando uma taxa média de 10,7% na região contra 10,8% em 2002, revelando que mais da metade desses desempregados, ou seja, 10 milhões de pessoas, estão no Brasil (JB *online*, 7 de janeiro de 2004).

Ao confrontarmos os critérios de seleção estabelecidos pela instituição, com as informações que nos foram prestadas pelos moradores do Núcleo Social, tornou-se explícita uma contradição: apesar de o plano de aquisição de casa própria – inclusive de economia mensal obrigatórias para tal – existir, há uma elevada preocupação da instituição na difusão da idéia de que cada um deve ser sozinho na aquisição da casa própria. Se existia o objetivo da instituição na cooperação com esse processo, ela estaria agora se eximindo desse compromisso, como outrora fora seu propósito? As famílias também não são orientadas para a busca de condições políticas e legais de como, de fato, podem concretizar a realização do sonho da casa própria. Elas moram nas casas do Núcleo Social durante certo período, como se fora ali um albergue.

Destacamos, ainda, a imbricação entre a história de Maringá e a vida da população alvo desse estudo. Para compreendermos a constituição da população local, é necessário retroceder no tempo e focalizar alguns aspectos políticos e socioeconômicos que vigoravam no período da fundação da cidade de Maringá, assim como alguns dos aspectos que nortearam o povoamento da cidade.

A cidade de Maringá, fundada em 1947 e emancipada em 1951, o segundo núcleo construído após a cidade de Londrina, foi planejada muito antes de seu surgimento. Seu traçado reflete modelos urbanísticos europeus, tal como apontado por Campos (2001, p. 317) “cuja inspiração traduz os postulados de Le Corbusier (cidade radiosa) e Ebenezer Howard (cidade-jardim)”. Ela surgiu na planilha de um urbanista paulista que jamais a conheceu.

Luz (2001, p. 123-124) comenta que, desde 1938, a colonizadora Companhia Norte Melhoramento do Paraná, que colonizou esta região, reservou dos seus 515 mil alqueires um espaço na zona central de sua gleba, um local privilegiado em sua topografia, para o estabelecimento do que seria “um dos mais importantes centros urbanos do Norte do Paraná”.

As linhas mestras para a construção da futura cidade foram estabelecidas pelo Dr. Cássio Vidigal, cabendo ao engenheiro Dr. Jorge de Macedo Vieira traçar o plano geral e definitivo da mesma. Com os dados indispensáveis sobre a topografia, o clima e a vegetação da região, que lhe foram fornecidos pela Companhia, o referido urbanista planejou Maringá de acordo com a mais avançada concepção de cidade existente na época (LUZ, 2001, p. 135).

A empresa responsável pela colonização da cidade de Maringá – CMNP, incumbiu-se de propagandear para todo o país, como nos lembra Gonçalves (2001), os esplendores da nova região, identificando-a sob nomes pitorescos tais como “Nova Canaã”, “Eldorado”, “Terra onde se anda sobre dinheiro”, “Terra da promessa” e demais designações de interesse publicitário.

No início dos anos 1960, conforme Campos (2001), a cidade de Maringá, em contradição aberta, teve seu nome derivado de uma canção retratando a migração pelos dramas das secas numa região do país,¹⁰ começando a receber um intenso fluxo migratório. O êxodo rural se intensificou, pois o plantio de café, que exige muita mão-de-obra, foi sendo substituído pela lavoura mecanizada, principalmente após as grandes geadas das décadas de 1960 e 1970 que praticamente dizimou os cafezais existentes. Assim, muitas famílias, em busca de subsistência, de uma vida mais digna ou atendendo ao chamado de prosperidade, passaram a habitar os espaços “elegantemente pensados e rigorosamente traçados” para ser uma cidade “bela e pujante”, na qual não caberiam pobres.

Sob o ideário da Ditadura Militar de 1964, a cidade elaborada e edificada sob interesses imobiliários e especulativos, cuja precisa divisão espacial (social) era altamente valorizada, foi recebendo uma concentração urbana que trouxe, além de implicações no tocante à falta de estrutura e empregos, uma rápida proliferação de bolsões de pobreza.

Esse esboço histórico foi vivido por diversas pessoas entrevistadas que relataram que, quando eram crianças, eles e seus pais “ouviam falar” da cidade de Maringá como uma cidade com “muitas possibilidades de emprego”, “mais fácil de viver”, entre outras qualidades. Contaram, no entanto, que, ao chegarem à cidade, nas décadas de 1940 a 1960, foram confrontadas com uma realidade bem diferente, como ficou evidenciado no relato de um dos entrevistados:

[...] eu vim de São Paulo com três anos de idade [...] vim com meus pais e meus outros cinco irmãos, porque lá a vida era muito difícil para o meu pai, então falaram pra ele que Maringá era bom, que em Maringá a gente conseguiria as coisas. Meu pai pegou e vendeu lá onde a gente morava que era uma casinha e viemos pra Maringá, chegando aqui não era nada daquilo (Entrevista com SL).

Campos (2001) comenta que uma diversidade de personagens que passaram a figurar na paisagem da cidade, longe do perfil esperado pela elite local, era considerada “um mal a ser extirpado”. Para a elite local que se auto-intitulava defensora da ordem moral e dos bons costumes da “população possuidora dos hábitos regulares e de uma vida digna”, a presença dessa população pauperizada ameaçava o progresso e a ordem estipulada por esses mandatários locais.

A elite gestora desse “Eldorado” instituiu políticas higienizadoras que encontraram respaldo na imprensa local que passou a veicular artigos e matérias, em primeira página, dizendo que a “bela e pujante” cidade do norte paranaense estava sendo “invadida por figuras incomuns”, pessoas que não estavam prescritas a habitarem os espaços desse imaginário social. Foram engendradas “Campanha de Moralização” e “Operação Limpeza” que atingiu de forma maciça a classe trabalhadora supostamente desqualificada para o trabalho urbano. Alguns aspectos dessa ideologia societária foram divulgados no artigo “Ordem na polícia: Operação Limpeza”, publicado no “O Jornal de Maringá” – 08 de janeiro de 1963.

[...] devido a certa indulgência por parte dos responsáveis pelos respectivos setores, os maus elementos estavam proliferando na cidade, o que está **em desacordo com a moralidade e os costumes** que se propôs a manter e manterá a todo custo. Assim, já deu início à verdadeira “blitz” policial, com a qual enceta a “operação limpeza”, no propósito de sanear, de uma vez por todas, e na medida do possível, o ambiente citado. Mulheres do baixo mundo, vadios, ébrios, desordeiros, “gatos” oportunistas, mendigos profissionais, menores abandonados, delinquentes juvenis, *playboys* e *playgirls* e, enfim, desajustados de toda a ordem vão estar na mira da ação policial, que não vai dar tréguas a **esta espécie de gente** que só serve para atrapalhar a vida de quem trabalha e **desmoralizar a cidade** que mais cresce no Brasil (CAMPOS, 2001, p. 318-319, grifo nosso).

Assim, a grande massa expulsa dos campos, do seu meio de sustentação, além da desqualificação para o trabalho urbano, passava também por uma desqualificação social, enquanto desempregados, desabrigados e desamparados pela sociedade eram marginalizados e colocados na “mira” para serem “extirpados”, como nos lembra Campos (2001, p. 325, grifo nosso):

Com algumas diferenças, que se alinham às questões de ordem financeira, e que imediatamente invadiam as esferas da vida privada, **a grande parte dos que migraram só o fizeram devido à condição inóspita do campo**. Trocado pela máquina, o antigo trabalhador rural engrossava as reservas de trabalho urbano e, de forma gradual, porém intensa, colocava em risco o planejamento elaborado para a cidade, pois a migração campo-cidade e a suposta desqualificação dos egressos do campo para o trabalho urbano favoreciam o aparecimento de favelas.

5. A HISTÓRIA DE VIDA DESSAS FAMÍLIAS: SUAS TRAJETÓRIAS NA BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA

É clara a semelhança nas trajetórias vivenciadas e narradas pelas famílias estudadas. Na sua maioria (73%), são indivíduos oriundos de pequenas cidades, cuja economia era movida de forma precária pela escassez de recursos e formas agrárias de trabalho na zona rural. São filhos de pequenos agricultores, proprietários, arrendatários ou mesmo empregados de grandes propriedades que foram destituídos de seu meio de subsistência com a crescente modernização tecnológica agrícola. São pessoas cujas famílias de origem (pai, mãe, irmãos) rumaram para outros locais, deixando parentes e amigos, saíram do lugar onde nasceram e foram criados numa romaria na busca de emprego e de uma vida melhor. Muitas delas rumaram de cidade em cidade ou, até mesmo, para outros estados, em busca de sobrevivência, na esperança de uma vida com mais conforto e longe das intempéries e dependência da natureza:

Morava até os 14 anos [o nome das localizações foram suprimidos para preservar a identidade das pessoas], depois eu fui pra outra cidadezinha morar com uma irmã minha e fiquei com ela dois anos. Depois disso eu casei e fui morar em outra cidade, mas tudo pertinho uma da outra (Entrevista com AS).

Convém mencionar que muitas dessas famílias vivenciaram um processo migratório de regiões ainda em fase inicial de desenvolvimento – derrubada das matas e preparação da terra para ser cultivada – para centros urbanos, cuja promessa de emprego e melhoria nas condições de vida era “vendida” pela mídia conforme a intenção da colonização ou da economia do momento. Migraram até mesmo para grandes centros em busca de uma vida melhor:

[...] meu pai pegou e viu falar que Rondônia tava boa demais, tava dando terra e tudo [...] deu uma seca que não deu quase nada do arroz, né, aí ele fico desanimado, tanto que agente trabaiô, né, sabe uma coisa, tão indo muita gente pra Rondônia daí fomo nois também, vendimo os moveizinhos conseguido lá compra, né, e fomo pra Rondônia. Aí chegemo lá e fomo trabaiá na lavora dinovo (Entrevista com YS).

[...] moravam no sítio [...] meu pai e minha mãe... eram... catar algodão, vivia de catar algodão, éramos crianças [...] fomos pra [outra cidade do Paraná] [...] pra trabalhar também, meu pai era padeiro né? Meu pai começou a trabalhar na padaria, minha mãe continuava na roça e nós tudo com a minha mãe, nós ia na roça. [...] Aí, aí nós fomos pra São Paulo (Entrevista com YK).

A cidade de Maringá também é um dos exemplos que se pode utilizar, de cidade que foi implantada sob forte campanha publicitária em nível nacional, promovida pela empresa colonizadora – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Quando da sua fundação, ficou sendo conhecida, como nos lembra Campos (2001), como “a cidade que mais crescia no Brasil”, o “novo eldorado” paranaense.

Nas terras férteis do Norte do Paraná, tudo cresce e progride. Na florescente cidade de Maringá ondulam cafezais vergados pelo peso dos frutos, vicejam campos de arroz, livres de saúvas, produzem todos os legumes, e nos pomares, laranjas, pêssegos, bananas, uvas e morangos se multiplicam doces e saborosos (Anúncio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP –, no jornal Diário de São Paulo em 08 de janeiro de 1950, p. 2. Citado por CAMPOS, 2001, p. 318).

Ao comentar o anúncio publicado pela CMNP na imprensa paulista, esse autor observa que essa “imagem paradisíaca do sucesso garantido” coadunado com a extensão da cafeicultura paulista para terras paranaenses na época, fez de Maringá uma terra prometida. Na busca desse “novo eldorado” do Norte do Paraná, diversas pessoas – paulistanos, mineiros, nordestinos e tantos outros – atenderam ao chamado de prosperidade e para cá vieram. Alimentavam o desejo ilusório de um rápido enriquecimento ou melhorias nas condições de vida e trabalho.

Na própria história da fundação do Núcleo Social Papa João XXIII, assim como nos relatos de algumas famílias, uma parte dessa história vai deixando traços característicos de uma cultura excludente. Até hoje identificamos ser Maringá uma cidade que “expulsa seus pobres ou os esconde nos seus grotões”, manejo negado por suas autoridades. Desde sua fundação foi erigida sob o signo da especulação imobiliária e vem sendo administrada sob princípios altamente seletivos (CANIATO, 1986).

[...] aquelas famílias que vinham do Nordeste, do Norte do Paraná, do Rio do Sul, de toda, não é? Região. Dos estados também, chegavam aqui em Maringá e não tinham pra onde ir, né? E iam para o albergue. E como o albergue sempre é... é, fica três dia no albergue, a não ser por causa duma doença que eles permaneçam mais tempo, não é? As famílias saíam sem ter pra onde ir. Ali na Valdelina era uma... favelinha. Tudo isso aqui era mato, não existia casa, não existia nada por aqui, era só, ah, somente essa favelinha ali na, na vila Valdelina (entrevista realizada com as Irmãs Vicentinas, sobre a história da fundação do Núcleo Social Papa João XXIII).

Muitas famílias que chegaram à Maringá, na época da colonização e no decorrer do processo de transformação fundiária, em busca de uma vida melhor, foram se amontoando em improvisadas e precárias moradias na periferia da cidade ou moravam de favor em casas de parentes ou amigos. Das famílias que foram entrevistadas no Núcleo Social, diversas pessoas não vivenciaram diretamente esse período, mas sabiam sim das agruras de seus pais e irmãos mais velhos. A grande maioria, porém, vivencia, ainda hoje, muitos dos aspectos que caracterizaram as décadas de 1940 e 1950: uma cidade fundada sob a insígnia do progresso e do moderno, cujas normas e padrões da ordem e da moral foram idealizados utopicamente a partir do autoritarismo e da repressão, com todos os ingredientes de uma urbanização excludente:

O modelo de sociedade implantado seguiu regras tradicionais e padrões idealizados pela ordem, moral pública e cristã, além dos preceitos de modernidade, expressos até mesmo no modelo arquitetônico, como é o caso da catedral maringaense (RIBEIRO, 2001, p. 335).

Outra característica marcante da cidade de Maringá, citada por Ribeiro (2001), foi a forte influência do catolicismo na “conformação sociocultural”, uma vez que, com apenas nove anos de sua fundação, já contava com a presença de um representante eclesiástico: um bispo.

Essa cultura religiosa está bem presente até hoje no dia-a-dia dos moradores do Núcleo Social, pois, uma de suas obrigações enquanto agregados à instituição é a participação no “Programa de Evangelização”. Nem sempre, porém, as famílias têm disposição física e mental para dedicar parte de suas vidas para essas atividades, embora, em geral, compareçam a essas atividades por obrigação, às vezes, penosa.

[...] porque eu saio sete e vinte e chego quase sete horas da noite [...] então quando você chega em casa, você vai limpar a casa, fazer os afazeres domésticos, não dá tempo de ficar fazendo outra coisa. Às vezes tem reuniões, acho que uma vez por mês tem reunião, e quando dá pra eu ir eu vou (Entrevista com YB).

[...] porque elas que que você participa da igreja e eu não gosto, que fazer aquelas visitas em casa também não gosto (entrevista com YA).

A história de vida dessas famílias é atravessada por perdas sucessivas de vínculos e quebra desestruturante de alguns referenciais sociais, tais como: perda de vínculos de amizade, sentimento de não pertencer a lugar algum, quebras contínuas das tradições culturais etc. Foram prejudicadas pelas exigências de contínuas mudanças de casa, bairro, cidade, na procura necessária e frenética pela subsistência. Não tiveram a possibilidade de administrar suas vidas no desenvolvimento do aprendizado de uma profissão fosse a de agricultor, a de pedreiro, a de carpinteiro, a de padeiro etc. Também não conseguiram desenvolver suficiente nível de compreensão real das diversas articulações que estruturam a realidade hostil em que ainda vivem. A grande maioria sente-se esfrangalhada por essas adversidades, em especial, por estarem desabilitadas e, portanto, desqualificadas para as exigências do mercado de trabalho e da vida.

Viche!! Foi horrível, tudo que se pode acontecer aconteceu comigo! Tudo, tudo, tudo: desemprego, fome, caí na depressão, tava quase ficando louca porque tava sozinha sem a minha família e eu queria ir embora de novo. Eu não encontrei muita gente boa, encontrei gente boa, mas encontrei muita gente ruim, gente que queria saber tudo da sua vida, mas depois era para acabar de te afundar. Nossa! Foi muito difícil, mas como tenho muita fé em Deus, eu sempre pedia, pedia..... meu marido arrumou um serviço aí (Entrevista com YA).

Nessa trajetória, à procura de trabalho para a sobrevivência, essas famílias foram de geração em geração, gradualmente, acumulando significativas perdas. Tais perdas vão desde as suas perspectivas de qualificação para os postos de trabalho agrário e/ou citadino, de manutenção da família unida, até aquisições concretas, tais como perda das suas propriedades: sítios, moradias e outros bens materiais. Mais do que essas tantas perdas pessoais, a descaracterização social sofrida por esses indivíduos leva-os a perdas ético-políticas tais como: perda da segurança, da autonomia, da cidadania. Até mesmo a esperança foi sendo corrompida e empurrada, cada vez mais, para além das franjas do resignado tecido social, deixando-se envolver em um processo de auto-culpabilização psicossocial e, conseqüentemente, de paralisação/conformação – apatia.

A exclusão e a adversidade infligidas a outrem em nossas sociedades, sem mobilização política contra a injustiça, derivam de uma dissociação estabelecida entre adversidade e injustiça, sob o efeito da banalização do mal no exercício de atos civis comuns por parte dos que não são vítimas da exclusão (ou não o são ainda) e que contribuem para excluir parcelas cada vez maiores da população, agravando-lhes a adversidade (DEJOURS, 1999, p. 21).

Essas famílias vêm sendo fragilizadas e impelidas à autopunição por deixarem reter dentro de si a violência social com que são tratadas, ficando imersas no “sentimento de culpabilidade” de que nos fala Freud (1981). Tais famílias, em condições subjetivas, mutiladas pela trágica forma com que vêm construindo as suas histórias de vida, encapsulam-se numa vivência profunda de auto-agressão que as mantêm identificadas com seus algozes: aceitam passivamente serem alvo dessa violenta exclusão social. Assim, acabam por aderir, conformadamente, ao “amparo” paternalista oferecido pelas instituições de caridade, criadas para camuflar os sofrimentos que lhes são impostos socialmente, estimulando e/ou reforçando a dessocialização e a impregnação da identidade de tutela.

Não há dúvida de que estão submetidas à “guerra econômica” por mais lucros, sustentada pelo desemprego e pelos diferentes discursos de banalização dessa violência social que chega a todos, aliada a propostas ideológicas cínicas de “agüentar tudo calado”. Assim analisa Dejours (1999, p. 13, grifo nosso):

É em nome dessa justa causa que se utilizam, *larga manu*, no mundo do trabalho, métodos cruéis contra nossos concidadãos, a fim de **excluir os que não estão aptos** a combater nessa guerra (os velhos que perderam a agilidade, os jovens mal preparados, os vacilantes...): estes são demitidos da empresa, ao passo que dos outros, **dos que estão aptos para o combate, exigem-se desempenhos sempre superiores** em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e de abnegação.

Dejours (1999) aponta que o “processo de dessocialização progressivo”, pelo qual as pessoas, em busca de emprego, passam (aquelas que não conseguem se empregar ou reempregar-se – concomitantemente, o desempregado primário e o crônico), leva à doença mental ou física, uma vez que ataca os alicerces da identidade.

O autor chama a atenção para o fato de que nem todas as pessoas compreendem que as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social são também vítimas de uma injustiça. Isso porque percebem o sofrimento como uma adversidade “divinizada” que não carece de intervenção política, mas sim de compaixão, piedade ou caridade, demonstrando uma grave “clivagem entre sofrimento e injustiça”.

O sofrimento somente suscita um movimento de solidariedade e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça. Evidentemente, quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça (DEJOURS, 1999, p. 19).

Embora a maioria dos indivíduos socialmente excluídos seja os que sustentam a riqueza e a ostentação de uma minoria (sociedade de classes), uma das estratégias para encobrir essa injustiça se concretiza na ajuda filantrópica na qual a caridade se apresenta como a expressão de “amor ao próximo”. Mesmo que sob influências ideológicas perversas, muitos dos que fazem parte da sociedade estão envolvidos nesse engodo e tratam com intolerância as manifestações de movimentos políticos de resistências que denunciam a exclusão e a opressão social contra a maioria tornada pobre socialmente.

Por outro lado, tais instituições de caridade, algumas de cunho religioso e com louváveis intenções, mostram-se desavisadas ao darem as mãos aos poderosos na opressão a esses indivíduos excluídos. A dimensão paternalista existente na instituição, não só nesta, mas em diversas outras de cunho assistencial, quer sejam as do Estado ou as mantidas pela caridade da sociedade, culmina no desenvolvimento de uma submissão resignada e regredida em que aquelas pessoas acabam por atribuir aos desígnios do destino e a si mesmas as suas (in)competências.

Essas famílias, depois de todos os baques sofridos na peregrinação forçada das migrações contínuas que efetuaram, ainda nutriam grandes expectativas de atingir seus objetivos de ter sua casa para morar, quando aderiram ao “Programa de Promoção Humana”. Mas, aos poucos, com o passar dos anos de moradia no Núcleo Social, caíram novamente em desânimo e apatia. Essa experiência de animação seguida de tristeza vem-se repetindo há muito tempo...

No cenário institucional em que estão inseridas essas pessoas, não se fomentam a perspectiva de outras alternativas menos traumáticas de sobrevivência, já que não vem sendo feito, com os assistidos, um trabalho que os ajude a desenvolver suas capacidades de refletir criticamente para melhor se situarem nos por-

quês de suas exclusões. Nem pensar em incentivar ações coletivas contra essas adversidades sociais que as mutilam a fim de que possam usar a resistência no impedimento à continuidade da opressão em que vivem. Muito ao contrário, elas permanecem entregues ao sentimento de culpabilidade subjetiva, e, em outras palavras, reforçam no dia-a-dia o sentimento de incompetência e a necessidade de tutela social, isto é, serem mantidas sob controle porque podem se tornar perigosas ao “*status quo*” (COIMBRA, 2001).

[...] você agora tá junto com nós, você vai ser bem vinda e vai participar com nós, nós tem uma capela ali, tem celebração uma vez por mês, missa e durante todo sábado tem celebração, tem culto. Então já passa tudo as regra que tem, sabe, pra você, então você já fica por dentro de tudo (Entrevista com ZO).

[...] tinha uma época que tinha um alto-falante ali. Se uma pessoa não fosse na missa ou na catequese a Irmã ia lá e falava: casa AB favor comparecer na missa [...] mãe da casa ABC encaminhar seu filho à catequese. E outra, por ter esse meio de comunicação meio direto, o pessoal não se sentia obrigado, mas constrangido (Entrevista com ZW).

É, depois que eu vim para cá. A gente tinha “um veículo particular” [a marca do veículo foi suprimido para preservar a identidade das pessoas], e não podia ter, então a irmã mandou a gente escolher, ou nós ficávamos com “o veículo” e íamos embora, ou vendia “o veículo” e ficava (Entrevista com YZ, grifo nosso).

Diante desse quadro dramático, porém, essas pessoas ainda revelam alguma “sabedoria” sobre suas condições hostis de vida nas quais apenas sobrevivem quando identificam corretamente quer seja o tutelamento, quer sejam as precárias possibilidades de adquirir uma casa própria. Não conseguem, porém, estabelecer adequadas relações ou identificar os reais violentadores que as jogaram e as mantêm nos meandros da pobreza. Embora saibam da injustiça social, não conseguem agir para sair do sofrimento cotidiano que as aflige. Não procuram alternativas de solução menos opressoras do que as que continuam vivendo, atadas à alienação da caridade, sobrevivendo das migalhas, proposta social hegemônica de contenção dos indivíduos pobres.

Não há dúvida de que fica explícito um processo de construção de uma identidade de tutelado que nada mais é do que admitir um controle abafador das potencialidades individuais e sua substituição pela direção de uma autoridade externa: identifica-se claramente o desejar/querer/assumir ser tutelado, o que é muito triste pela enorme perda da autonomia do indivíduo.

Chauí (1993) ao comentar sobre a “violência popular” (social), afirma a inexistência da dimensão da cidadania na sociedade brasileira para as camadas populares, e mostra que as relações sociais próprias do autoritarismo “forçam os indivíduos aos sistemas de favor e de tutela” (CHAUI, 1993, p. 135). Ela ainda diz que “é porque a política brasileira é relação de tutela e de favor, e porque nela o espaço público é tratado como espaço dos dominantes, que não há cidadania no país” (CHAUI, 1993, p. 136).

6. ALGUMAS INFERÊNCIAS CONCLUSIVAS

A princípio, concordarmos com Chauí na assertiva anteriormente feita. Acrescentamos, porém, ser essa dimensão da violência social um caminho para o adoecer psíquico (apatia) que aponta, não apenas para a continuidade, mas para o que é pior: uma massificação da desconstrução do indivíduo desejanste. Isso porque, se é pela ação do homem sobre a natureza que a cultura e a história se fazem, a retirada da possibilidade desse homem agir sobre sua própria vida o condena a uma existência regredida: tutelada.

Com o avanço da procura de mercado de trabalho para a Psicologia em instituições assistenciais, precisamos lembrar aqui a preocupação de Caniato (2003) quanto à manutenção da violência social escamoteada numa atuação profissional nos moldes da “visão de avestruz”. Uma perspectiva intimista da subjetividade e sua abordagem como se fosse mônada, exclui a possibilidade de apreensão das injunções sociais na (des)estruturação dos indivíduos. Os enganos produzidos permitem que fiquem realçadas as visões ingênuas e espiritualistas dos atores das instituições assistencialistas mantendo-se, assim, as estereotípias sociais deformadoras dos indivíduos pauperizados. Em se tratando de profissionais universitários, porém, que devem colaborar na preservação da vida humana, existe um agravante de natureza ética: se há a ausência de um pensamento crítico – porque impregnado pela ideologia do sistema social, ocorrerão efetivos prejuízos destrutivos aos indivíduos sob sua orientação.

A autora alerta para os perigos dessa manipulação dos indivíduos pauperizados, porque ao agir assim, o psicólogo torna-se cúmplice da violência social que passa a atravessar sua teoria e prática profissionais. Nada mais faz a não ser colaborar para a manutenção de indivíduos conformados a seus algozes e, assim, vassallos de seus agressores/opressores. Quando o psicólogo vira as costas para as implicações disruptivas da sociedade na subjetividade do indivíduo e passa a localizar suas mazelas apenas no mundo interno, estará culpabilizando-o (acusando-o) e somando-se às restrições sociais destrutivas/impeditivas da autonomia desses grupos. Identificando-se, mesmo sem o saber, com a ideologia do sistema, alia-se a ele na negação da alteridade desses indivíduos e retira-lhes a possibilidade de apreensão de suas condições reais de vida. Nessa forma alienada de atuação, os profissionais da Psicologia não percebem que estão mantendo essas pessoas num sentimento de impotência paralisante, não dando qualquer margem para ações defensivas e/ou transformadoras das expressões de desamparo, da condição de indigência e opressão mutiladora à qual cada um e todos estão sucumbidos.

Certamente, as intervenções embebidas em teorias que negligenciam a identificação e análise dos determinantes disruptivos de natureza social na estruturação das subjetividades vêm ratificando o agravamento das condições concretas do viver humano sem sequer ser identificada a exigência de integridade psicossocial para que os homens exerçam sua condição de sujeitos históricos e efetivem as mudanças nas instituições culturais e na ordenação social que viabilizem a preservação da vida humana (CANIATO, 2003, p. 63-64).

Observamos que a diretividade do coletivo realizada pelas instituições assistencialistas, a respeito do que seja a vida coletiva, além de manter esses indivíduos submetidos às suas diretrizes, reforça o individualismo, fazendo com que as famílias fiquem cada vez mais no isolamento de suas vidas privadas. A mobilização, no âmbito religioso, que aponta as calamidades como desígnios divinos e localiza no indivíduo as (im)possibilidades e (in)capacidades de resoluções de seus problemas financeiros, familiares ou sociais, leva as pessoas a buscarem saídas individuais ou a fazer reivindicações no plano religioso e não no político, construindo, dessa forma, a internalização do fatalismo. Em outras palavras, como nos diz Martín-Baró (1987, p. 154-155):

El fatalismo supone la mitificación de las fuerzas históricas como naturaleza e como Dios. [...] La alienación de la conciencia en el fatalismo se perpetúa mediante la referencia a símbolos absolutos, inalcanzables e inmutables, que incluso entraña la manipulación ideológica de la simbología cristiana. Quizá ahí radique; al menos en parte, la clave del éxito que tienen actualmente entre los sectores oprimidos centroamericanos las sectas fundamentalistas. Convencidos una vez más de la inmutabilidad de su destino, atemorizados por las consecuencias que arrastran los intentos históricos por cambiar esa condición, muchos encuentran sentido en las creencias milenaristas, consuelo en sus liturgias catárticas, tranquilidad en su pietismo individualista. [...] Cuando la definición del propio destino se asume casi como un artículo de fe, la sumisión frente a las condiciones de la vida se interpreta como obediencia a la voluntad de Dios y la docilidad social se convierte en una virtud religiosa, todo aquello que podría afectar los núcleos fundamentales del ordenamiento social es excluido como objeto de cambio. De este modo, el fatalismo proporciona a las clases dominantes una eficaz punta de lanza para la defensa de sus intereses de clase.

Por outro lado, a Instituição, invade a vida privada e controla as atividades coletivas dos assistidos, quando estipula suas prioridades, determina seu tempo e ritmo, investiga seus desempenhos, coloca seus pares em concorrência uns com os

outros, desestruturando toda e qualquer possibilidade de organização coletiva para a denúncia e reivindicação de respeito às suas dignidades subjetivas e exigências humanas de amparo (FREUD, 1981), até mesmo de medidas protetoras da vida...

O fato é que as regras a serem seguidas são prioritariamente definidas pelo Núcleo Social, transformando-se em exigências a serem cumpridas e determinam a permanência ou não nas casas. Essas regras impõem, acima de tudo, uma invasão na vida privada e a retirada da autonomia subjetiva. Isso porque a proposta de “ajuda” insere-se em uma perspectiva religiosa e de caridade e é aplicada como obrigação a ser seguida, por quem deveria ser respeitado em sua alteridade psicossocial e política. Os supostos “beneficiados” são orientados, seja por conselhos fraternos ou por imposição de normas, para um caminho positivista de “ordem e do progresso” (entende-se as relações na família e a “promoção” para a casa própria). O que poderia ser um projeto de vida acaba se tornando um pesadelo.

É importante registrar o perigo, quando uma instituição assistencial estabelece, com rigidez, uma ordem para “manter as famílias unidas”, sem discernir o tipo de vínculo afetivo existente entre elas. Sabemos que esses vínculos podem ser construtivos ou não e que tal cobrança da instituição pode resultar no silenciamento de vínculos disruptivos existentes. Esse tipo de ação, por parte da instituição, pode levar a uma cumplicidade que manteria mulheres e crianças sob a “síndrome do segredo”,¹¹ ou seja, calados diante do sofrimento vivido sob ameaça para não denunciar e/ou procurar medidas protetoras para suas vidas. Nem sempre o silêncio é bom conselheiro.

No cumprimento das regras dessa obra social, as religiosas, “Irmãs Filhas da Caridade”, que fazem a operacionalização das normas da instituição, sofrem quando precisam dar o aviso de desocupação da casa, ou, mesmo, despejar as famílias. Necessitam agir dessa maneira, quando alguns dos comodatários, por diversas razões, tal como a desqualificação para o trabalho, ou porque estão expostos às restrições dos postos de trabalho, ficam na condição de desempregados e tornam-se inadimplentes no pagamento das mensalidades-poupanças para a compra de sua casa.

O Núcleo Social mudou? Não tem mais a dimensão social de “amparo” àquelas “pessoas carentes”? Não ajuda mais as famílias desfavorecidas dos meios de subsistência, destituídas de sua dignidade: trabalho, moradia, cidadania para poderem alimentar sua prole etc.? O Núcleo Social está ou alguma vez esteve articulado com algum dos diversos planos oficiais de aquisição da casa própria? E mais ainda: seria possível às freiras do Núcleo Social suprir as carências dessa população pauperizada e/ou evitar os sofrimentos individuais e familiares dessas pessoas diante das diferentes expressões da violência social que vêm destruindo suas VIDAS com as ações que promovem?

As pessoas ficam expostas como se estivessem em uma vitrine: há a exposição de seus esforços para que todos da sociedade possam tomá-las como modelos de sucesso do programa oferecido, principalmente aquelas que não conseguem sair dali para sua casa própria.

Não é difícil constatar a presença dessas desgraças, dessas incompreensões e demais injustiças e violências sociais na trajetória de vida da maioria das famílias pobres brasileiras que, à semelhança dessas famílias de Maringá, percorrem, em teimosa e silenciosa romaria, um verdadeiro calvário de sofrimentos na luta pela sobrevivência mínima. Mas, felizmente, ainda continuam caminhando, apesar de tantas hostilidades...

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão

Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão

Mas doutô uma esmola a um homem qui é são

Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão

(*Vozes da seca* – Luiz Gonzaga e Zé Dantas, 1953).

NOTAS

- ¹ Organização constituída na forma de Associação Beneficente, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS –, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – conforme previsto na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (requisito para solicitar junto ao INSS a isenção da Cota Patronal para a seguridade, no caso de entidades que possuam funcionários cadastrados). A Instituição também está cadastrada no COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social (critério para receber fundos da Fundação da Infância e Adolescência – FIA – do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA). Está situado à Avenida São Vicente de Paulo, nº 66, Jardim São Jorge, região periférica de Maringá, próximo à Vila Vardelina.
- ² A mobilização para a fundação da entidade foi feita inicialmente pela Irmã Salomé Detz, que coordenava o Albergue São João Batista e também era dirigente do Albergue Santa Luiza de Marillac nas proximidades da Vila Vardelina.
- ³ Até o ano de 2005, o Núcleo Social conta com 22 casas de alvenaria e duas em construção.
- ⁴ Irmãs Vicentinas, ou Filhas da Caridade ou Irmãs de São Vicente de Paulo ou Vicentinas é como são chamadas popularmente por serem congregadas a Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, fundada em 29 de novembro de 1633, na França, por Luíza de Marillac, jovem viúva parisiense, autorizada pelo então Padre Vicente de Paulo. A Companhia, que atualmente está em todos os Continentes, dividida em 81 Províncias e Regiões com 26.233 Irmãs, atua no Brasil com seis Províncias e 1.752 Irmãs, sendo uma delas na Cidade de Curitiba-Pr. Fonte: (<http://www.fv.org.br/ramos.asp?ID=8>) acessado em 24/10/2004 as 02h00min.
- ⁵ Em 2005, verificamos que o valor depositado pelas famílias é reajustado pelo salário mínimo, num sistema de acúmulo de pontuação para os cálculos, em que se atribui um ponto para cada 5% de salário mínimo recolhido, para o montante de 36 salários mínimos até o final do prazo estipulado no contrato de comodato. Dessa forma, o valor mensal cobrado pelo Núcleo Social e depositado pelas famílias continua sendo de aproximadamente R\$ 120,00, (50% do salário mínimo). A alteração nos cálculos dos depósitos ocorreu em virtude de o preço do saco de cimento não condizer com a realidade econômica dessa população.
- ⁶ O Termo de Consentimento II continha informações sobre a proposta de trabalho realizado pelo Grupo “PHENIX”, na instituição, as atividades que seriam realizadas com as famílias, o número de acadêmicos que estavam envolvidos, a coordenação do projeto, a aquiescência da diretoria da entidade e a questão do sigilo da ética profissional.
- ⁷ Primeira questão: Vida anterior ao ingresso no Núcleo Social Papa João XXIII e conhecimento da sua existência: a) Primeira questão: Vida anterior ao ingresso no Núcleo Social Papa João XXIII e conhecimento da sua existência: a) Você veio de outra localidade ou já morava em Maringá? b) Por que veio para Maringá? c) Como era sua vida anterior ao ingresso no Núcleo? d) Onde

você trabalhava? Que tipo de atividade remunerada realizava? e) Como foi o início da vida em Maringá? f) Como soube da existência do Núcleo? g) De quem foi a decisão de se mudar para o núcleo? h) O que você espera do Núcleo? – Segunda questão: Vida Atual dentro do Núcleo Social Papa João XXIII: a) A quanto tempo você reside no Núcleo? b) A casa foi o único objetivo que lhe motivou a morar no Núcleo? c) O que você costuma fazer no Núcleo (como atividade de trabalho remunerada)? d) O que você costuma fazer nas horas livres (lazer)? e) O que você mais gosta na comunidade do Núcleo? f) O que você menos gosta na comunidade do Núcleo? g) O que você espera do Núcleo, vivendo aqui? h) Vivendo no Núcleo, o que você espera em termos de trabalho remunerado? – Terceira questão: Perspectivas Futuras: a) Você tem data prevista para sair do Núcleo? b) Você já sabe para onde vai depois que sair do Núcleo? c) O que almeja quando sair da casa do Núcleo? d) Construir uma casa é seu único objetivo? e) Ao sair do Núcleo, você acredita que suas condições financeiras vão melhorar?

⁸ Os dados apresentados aqui foram retirados da Ficha de Identificação.

⁹ De acordo com a Lei nº 10.525/2002 que vigorou a partir de 01/04/2002 até 31/03/2003, o salário mínimo era de R\$ 200,00 (Duzentos reais). Dessa forma, o valor referido é de R\$ 0,00 a R\$ 900,00.

¹⁰ “Maringá” era uma canção muito popular que foi composta em 1931 por Joubert de Carvalho, retratando a trajetória de uma cabocla (contração de Maria do Ingá) que fugindo do flagelo das secas que assolavam o Nordeste brasileiro, foi obrigada a deixar sua terra numa leva de retirantes. Ao ser fundada, a cidade recebeu o nome por sugestão da esposa de um dos diretores da companhia CTNP (LUZ, 2001, p. 125).

¹¹ Síndrome observada em casos de violência doméstica e principalmente em situação de abuso sexual infantil intrafamiliar, em que a vítima, e mesmo a família, na grande maioria dos casos, não consegue fazer a denúncia, na busca de se manter o “*status quo*” existente e ameaçado com a revelação.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. *Ninguém Cresce Sozinho*: meu livrinho de reuniões de Grupo de Reflexão para o ano de 2002.

CAMARGO, A. A. O ator, o pesquisador e a história: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, E. O. (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978. p. 276-304.

CAMPOS, P. F. S. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). *Maringá e o norte do Paraná*: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 2001. p. 315-331.

CANIATO, A. M. P. (Coord.). *PHENIX*: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2000. Projeto de Extensão.

_____. Da subjetividade sob sofrimento narcísico numa cultura da banalidade do mal. In: CLONER, K. S. et al. (Org.). *Ética e paradigmas na psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO Sul, 2003. p. 60-74.

_____. *A luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social*. 1986. 143p. Dissertação (Mestrado)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1986.

CHAUI, M. *Conformismo e resistência*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (Org.). *Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 141-156.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FAMÍLIA VICENTINA DO BRASIL. *Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo*. Disponível em: <<http://www.fv.org.br/ramos.asp?ID=8>>. Acesso em: 24 out. 2004.

FREUD, S. El malestar en la cultura. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. v. II, p 3018-3067.

GONÇALVES, J. H. R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 2001. p. 87-121.

GONZAGA, L.; DANTAS, Z. Vozes da seca (1953). Intérpretes: Luiz Gonzaga e Zé Dantas. In: *Disco de Ouro*. [S.l.]: RCA, 1979. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 4.

JB ONLINE – Jornal do Brasil pela internet. Disponível em: < <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/economia/2004/01/07/joreco20040107014.html>>. Acesso em: 22 nov. 2004.

LUZ, F. Maringá: fase de implantação. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 2001. p. 123-140.

MARTIN-BARÓ, I. El latino indolente – Caracter ideológico del fatalismo latinoamericano. In: MONTERO, M. (Coord.). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas (Venezuela); Panapo, 1987.

ORDEM na polícia: Operação Limpeza. *O Jornal de Maringá*. Maringá. 08 jan. 1963.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. von (Org.). *Experimentos com histórias de vida* (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RIBEIRO, E. A. Moralidade e sexualidade feminina em Maringá: um estudo nos jornais e nos processos de crime de sedução, 1950-1980. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 2001.

Recebido em: março de 2007

Aceito em: novembro de 2007

